

Advocacia Pavesi Figuerôa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL - MG
SETOR DE COMPRAS
Rua Gabriel Monteiro da Silva, n. 700 - Alfenas - MG
CEP 37130-001
Fone (35) 3701-9103
pregao@unifal-mg.edu.br

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 031/2019 -
PROCESSO N. 23087.010102/2019-44

PROJETO VIDA TECNOLOGIA DA SAÚDE LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J. do M.F. sob o n.
33.532.746/0001-03, com sede na Av. Alziro Zarur, n. 1186, Conjunto Residencial
Ney Braga, Maringá - PR, CEP 87075-000, telefone n. (44) 3142-1004, por intermédio
de seu procurador adiante firmado, advogado regularmente inscrito na OAB/PR
(escritório comercial nessa comarca, endereço no rodapé), onde, habitualmente,
recebe avisos, intimações e notificações, vem, mui respeitosamente, na forma do item
3.3¹ do Edital de Licitação em epígrafe, **IMPUGNAR² O EDITAL**, na forma que se
segue.

A irresignação da Impugnante quanto ao Edital n.
031/2019, diz respeito ao seu item 12 - DA HABILITAÇÃO, eis que o mesmo prevê,
no item 12.5:

**12.5 Acreditação pelo INMETRO nas seguintes grandezas: Pressão, temperatura e
umidade, massa, físico-químico, densidade, alcoometria e tempo e/ou Rede
Brasileira de Calibração – RBC quando houver necessidade;**

¹ 3.3.1.1 A data limite para impugnação deste edital é dia **23/09/2019**, até às 17 horas.

² Consoante item 3.3.5 do r. Edital:

3.3.5. Os pedidos de esclarecimento e impugnação deverão ser enviados exclusivamente por
meio eletrônico, através do e-mail pregao@unifal-mg.edu.br.

A Impugnante ainda se mostra irresignada quanto à não previsão expressa no Edital acima da necessidade de a empresa licitante apresentar engenheiro devidamente registrado nos órgãos de classe tendo em vista a obrigatoriedade prevista na NR 13 do Ministério do Trabalho, conforme veremos mais adiante, de que, para o trabalho em vasos de pressão (autoclaves), a empresa possua um responsável técnico (leia-se engenheiro mecânico) que tenha registro no CREA.

Ab initio, pelo conhecimento da presente impugnação e final provimento quanto aos temas adiante atacados.

I - DA DESNECESSIDADE DE A EMPRESA LICITANTE POSSUIR ACREDITAÇÃO PELO INMETRO

A exigência prevista no item 12.5 do Edital ora atacado não pode subsistir.

Primeiro, por restringir a participação de mais empresas no certame, em clara violação do princípio constitucional da isonomia previsto no art. 37, XXI, da CF que prevê:

"Deve o processo de licitação pública assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A Lei n. 8.666/93, no *caput* do seu art. 3º, assim declara:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Advocacia Pavesi Figuerôa

Em relação à acreditação, a própria ANVISA, ao responder a protocolo n. 2019225507 da Impugnante - *email anexo*, entendeu o seguinte:

Conclusão

Por fim e considerando o exposto, conclui-se que a RDC 67/2007 não foi clara na imposição de que as empresas prestadoras de serviços de calibração fossem acreditadas, visto que a certificação ora determinada na normativa podia ter como referência de aplicação outras certificações, como por exemplo a ISO 9001, de serviços ou produtos, no entanto deixou evidente que os padrões utilizados nas calibrações dos instrumentos de medição fossem rastreáveis, portanto não há a obrigatoriedade de calibração pelo Inmetro.

Por favor, avalie a resposta recebida acessando o link: <https://pesquisa.anvisa.gov.br/index.php/241521?lang=pt-BR&encode=>

Atenciosamente,
Central de Atendimento
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
0800 642 9782
www.anvisa.gov.br

Siga a Anvisa:

www.twitter.com/anvisa_oficial
www.instagram.com/anvisaoficial
www.facebook.com/AnvisaOficial

Este endereço eletrônico está habilitado apenas para enviar e-mails. Caso deseje entrar em contato com a Central, favor ligar no 0800 642 9782 ou acessar o "Fale Conosco", disponível no portal da ANVISA (link <http://portal.anvisa.gov.br/fale-conosco>). As ligações podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 19h30, exceto feriados.

Ou seja, a própria ANVISA concluiu que **NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE DE CALIBRAÇÃO PELO INMETRO**, estando apta aos serviços de calibração também as empresas que não sejam acreditadas RBC/INMETRO.

Ora, a RDC 67/2007 dispõe sobre as boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias, perfeitamente aplicáveis ao objeto do presente certame:

2. OBJETO

2.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de calibração e qualificação dos equipamentos e instrumentos de medição o NCQ e FarUni da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNIFAL-MG, conforme especificações e exigências constantes do Termo de Referência e do Anexo I deste Edital;

Ao se exigir que somente empresas acreditadas RBC/INMETRO participem do certame, essa d. Comissão de Licitação está restringindo e direcionando o certame para um número restrito, limitado, de participantes, o que encontra óbice em nosso ordenamento jurídico.

Logo, a referida exigência ultrapassa os parâmetros legais previstos no art. 3º, I, da Lei 8.666/93, que veda à Administração Pública incluir no edital condições que frustrem o caráter competitivo do certame e, por consequência, a busca da proposta mais vantajosa, além de ferir o princípio constitucional da isonomia (art.37,XXI), também previsto na Lei 8.666/93.

Pela dispensa, portanto, da necessidade prevista no item. 12.5 do Edital n. 031/2019.

II - DA INEXISTÊNCIA DE SOLICITAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA DOS LICITANTES POR PARTE DO EDITAL

Conforme já adiantado, o Edital n. 031/2019 desta r. Universidade Federal não previu a devida qualificação técnica, habilitação técnica para as empresas participantes do certame.

O fato do Edital não prever habilitação técnica é outra irregularidade insanável, ao menos sob a ótica da Lei n. 8.666/93, em seu art. 30, bem como sob a ótica da Lei n. 5.194/66, como adiante demonstraremos.

Afinal, todos os laudos referentes às manutenções devem ser feitos por intermédio de um engenheiro. Isso, inclusive, foi resposta do CREA-PR em consulta via email durante uma certa ocasião, vejamos:

CREA-PR Responde

CREA - PR (faleconosco@creapr.org.br)

[Adicionar aos contatos](#)

15/05/2014

Para: spfigueroa@hotmail.com



Atenção! Este e-mail não deve ser respondido.

Bom dia Sr(a). SERGIO PAVESI FIGUEROA

Em atenção ao protocolo nº 2014/150432, informamos que considerando os princípios que regem o direito administrativo o CREA PR não pode fazer indicações profissionais.

Ressaltamos entretanto, que no âmbito da legislação que rege o exercício profissional os Engenheiros possuem atribuição para emissão de laudos em relação à sua modalidade (civil, elétrica, mecânica, agronomia)

Sob essa ótica, a emissão de laudos de aparelhos na área elétrica devem ser feitos por profissional com atribuições da Engenharia Elétrica; aparelhos parte mecânicos, parte elétricos/eletrônicos necessitam também de Engenheiro Mecânico ou outro com atribuições compatíveis. Em geral tecnólogos e técnicos não possuem atribuição para emissão de laudos.

A Lei n. 5.194/66 rege o exercício profissional e as regulamentações podem ser acessadas no website do CONFEA <http://www.confea.org.br>

Uma boa fonte de pesquisa de profissionais são as entidades de classe (Associações de Engenheiros)

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

A presente resposta visa unicamente a responder os questionamentos ora trazidos, não servindo para embasamento a quesitos fora do assunto apresentado neste protocolo.

A Central de Informações está preparada para fornecer quaisquer

esclarecimentos. Contate-a pelo
0800 41 0067 ou pelo Fale Conosco no site (www.crea-pr.org.br).

(negritamos e sublinhamos).

É deveras óbvio que todo documento que for exigido do licitante que não se enquadre no rol dos enunciados na Lei de Licitações, traduzir-se-á em exigência manifestamente ilegal.

E, a ilegalidade da exigência ocasionará a nulidade do Edital, caso a Administração não corrija o erro antes que o certame licitacional siga o seu curso.

Porém, não é esse o caso. Aqui, se trata de capacidade técnica, requisito imprescindível previsto no art. 30 da Lei de Licitações e que não está sendo cumprido pela Licitante.

Esse é um aspecto da fase de habilitação que merece ser lembrado, ou seja, tudo o que diz respeito à linha procedimental de análise da documentação apresentada pelos licitantes.

Os parâmetros de aferição dessa idoneidade hão de vir delineados no Edital. Especificamente, deve-se preservar a questão da capacidade técnica e financeira da licitante e provável parceira da Administração Pública.

As exigências que deverão constar nas normas editalícias vêm delimitadas na Lei Nacional das Licitações, nº 8666/93, mais especificamente nos arts. 27 a 31.

Portanto, não goza o administrador público de plena liberdade para definir a documentação que melhor lhe aprouver para a comprovação de qualificação dos interessados em participar da licitação.

Tanto isso é verdade, que o legislador utilizou o advérbio exclusivamente, quando no art. 27, da Lei nº 8666/93 fez referência à documentação a ser exigida do licitante para a sua habilitação nas licitações, **o que exprime a inarredável ilação de que nada pode ser exigido além do que preceitua a aludida Lei, já que esta fixa os limites máximos das exigências a serem adotadas.**

Mas não é esse o caso. Aqui, o que se busca, é a prevalência da regra prevista no art. 30 da Lei n. 8.666/93, que prima pela capacidade técnica do licitante.

E, uma vez que o Edital n. 031/2019 foi absolutamente omissivo quanto à necessidade de as licitantes possuírem em seus quadros funcionais um engenheiro como representante técnico, deve haver a necessária correção, fazendo prevalecer não só a Lei n. 8.666/93 como também a Lei n. 5.194/66.

Nos autos de Mandado de Segurança n. 0004726-24.2014, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública de Colombo - PR, houve, na concessão da medida liminar, profunda sensibilidade daquele r. Juízo, brilhantemente representado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito CESAR AUGUSTO BOCHNIA, que assim se manifestou:

"Ainda, há que se ter por norte os fins e as diretrizes do processo licitatório, bem como o princípio da razoabilidade. Assim, entendo que a exclusão do concorrente somente deverá ser fundada na falta de qualificação técnica ou econômica para cumprimento das obrigações contratuais..."

(nossa fonte aumentada e sublinhamos).

A necessidade de haver QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das licitantes para participação nesse processo licitatório é medida que se impõe.

Assim, não deve a Administração Pública descer a detalhes, minúcias e formalismos que venham limitar o número de concorrentes, já que seu interesse é escolher dentre o maior número de concorrentes a proposta mais vantajosa.

Mas, e esse foi o maior pecado desse Edital, deve se resguardar quanto à qualificação técnica dos participantes, o que não foi o caso.

Advocacia Pavesi Figuerôa

Preconiza a Lei n. 8.666/93, em seu artigo 30, qual a documentação que deve ser entregue em relação à chamada qualificação técnica:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

(negritamos e sublinhamos).

Conforme já adiantado, o Edital n. 031/2019 da licitante não prevê qualificação técnica, habilitação técnica do responsável técnico indicado pelas empresas participantes do certame.

É omissão ao extremo. Nada prevê.

Ressaltamos, portanto, que no âmbito da legislação que rege o exercício profissional os Engenheiros possuem atribuição para emissão de laudos em relação a sua modalidade (civil, elétrica, mecânica, agronomia).

Sob essa ótica, a emissão de laudos de aparelhos na área elétrica devem ser feitos por profissional com atribuições da Engenharia Elétrica; aparelhos parte mecânicos, parte elétricos/eletrônicos necessitam também de Engenheiro Mecânico ou outro com atribuições compatíveis.

Na grande parte das vezes, tecnólogos e técnicos não possuem atribuição para emissão de laudos.

E, para um profissional ser responsável técnico para os equipamentos em questão, o mesmo deverá ser um Engenheiro, conforme normativa do CREA-PR.

Ainda, deve o Edital exigir registro no CREA, especificando qual a área de engenharia do responsável técnico da licitante, bem como a apresentação das ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ARTs desse responsável técnico.

Afinal, alguém tem quer ser responsável pelos serviços de um equipamento tão complexo e que pode provocar tanto danos aos operadores quanto à população.

O fato de o Edital n. 031/2019 não prever a questão da capacidade técnica das licitantes, nem determinar que estas possuam qualificação técnica nem profissional habilitado em seu quadro como responsável técnico com qualificação necessária para a emissão de laudo técnico, é omissão, é obstáculo que não pode ser transposto, posto que o rol do art. 30 da Lei de Licitações é **TAXATIVO**, eis que não abre brechas para que indivíduos sem a qualificação técnica profissional necessária sejam aceitos.

Pensar de outra forma é violar o próprio espírito da Lei!

Advocacia Pavesi Figuerôa

E nunca é bom nos esquecermos que a fiscalização da exercida atividade relacionada à manutenção dos aparelhos licitados, a fiscalização é do CREA.

Caso o responsável técnico não esteja qualificado, incorrerá, evidentemente, no exercício ilegal de profissão mencionado no art. 6º da Lei n. 5.194/66, já mencionado anteriormente.

Em que pese o fato de o Edital pretender dar condições para todos licitarem com o Poder Público, o fato é que esse Poder Público não pode passar por cima das leis e normativas que estão à volta do procedimento licitatório.

Pensar de outra forma é violar o próprio interesse público, fim almejado por todo procedimento licitatório, o qual, aliás, protege-se de situação igual a essa → art. 30 da Lei n. 8.666/93.

Nossa doutrina entende que o rigorismo formal não tem mais presença nas licitações, devendo prevalecer sempre o interesse público.

Porém, não é esse o caso.

Haverá violação ao próprio texto legal da Lei de Licitações, art. 30, conforme já demonstrado, caso o Edital não sane tal omissão.

Haverá violação à Lei n. 5.194/66. Aliás. Violação, não. Incidência no art. 6º, "b" → exercício ilegal da profissão por indivíduo não habilitado.

Se a Administração possui discricionariedade para estabelecer exigências em razão da sua necessidade concreta, por outro lado, o licitante deve alertá-la de que o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal dispõe que as exigências devem se limitar àquelas "indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

É preciso apurar a pertinência da exigência em face da segurança da contratação, analisando se existem outras licitações similares sem aquela exigência e se o empresário possui informações adicionais para demonstrar à Administração que é possível cumprir com as obrigações do contrato sem a restrição imposta.

Não é.

Assim, deve a Administração Pública se ater ao texto legal quando este determina que a documentação referente à qualificação técnica da empresa licitante e de seus profissionais deve ser comprovada.

In casu, não o está sendo.

Nos procedimentos licitatórios, deve a Administração Pública preocupar-se com a Capacidade Técnica e econômica das empresas, aquela primeira em especial, verificando se a licitante possui em seus quadros o responsável técnico necessário para a boa execução dos serviços contratados, tanto sob a ótica do Edital quanto das leis que rodeiam o processo de licitação.

Não obstante rigorosamente formal o processo licitatório, admite-se a flexibilização exegética das normas legais e editalícias que o norteiam, para a cabal satisfação do interesse público que o certame visa tutelar, estando jungida esta maleabilidade à ausência de violação ao tratamento isonômico a que têm direito os licitantes, e desde que não resulte em prejuízo para a Administração.

Exceto quando houver violação ao rol previsto no art. 30 da Lei de Licitações, que é taxativo, ou seja, deve ser obedecido, deve ser cumprido, sob pena de nulidade do procedimento licitatório.

Há que se prezar, sempre, em qualquer licitação, pelo interesse público da proposta mais vantajosa. Porém, de se levar em conta que a capacitação técnica das licitantes é algo imprescindível para a participação no certame.

No caso *in examinis*, salta aos olhos a omissão do Edital n. 031/2019, permitindo concluir que o mesmo deixará que empresas sem idoneidade técnica, sem aptidão técnica para executar o objeto licitado possam licitar com a Administração Pública.

Ademais, e o principal, de observarmos o que dispõe a NR 13 do Ministério do Trabalho ante à necessidade prevista no Edital 031/2019 de manutenção/consertos em autoclaves/vasos de pressão:

13.1.2 Para efeito desta NR, considera-se "Profissional Habilitado" aquele que tem competência legal para o exercício da profissão de engenheiro nas atividades referentes a projeto de construção, acompanhamento operação e manutenção, inspeção e supervisão de inspeção de caldeiras e vasos de pressão, em conformidade com a regulamentação profissional vigente no País.

Ou seja, somente um engenheiro mecânico habilitado pode se envolver nas operações de acompanhamento, operação e manutenção, inspeção e supervisão de inspeção de caldeiras e vasos de pressão (leia-se AUTOCLAVE).

Tal normativa ainda prevê que esse **PROFISSIONAL HABILITADO, ESSE ENGENHEIRO MECÂNICO:**

13.6.4.1 Quando inexistente ou extraviado, o "Prontuário do Vaso de Pressão" deve ser reconstituído pelo proprietário, com responsabilidade técnica do fabricante ou de "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2, sendo imprescindível a reconstituição das características funcionais, dos dados dos dispositivos de segurança e dos procedimentos para determinação da PMTA.

13.7.6 A autoria do "Projeto de Instalação" de vasos de pressão enquadrados nas categorias "I", "II" e "III", conforme Anexo IV, no que concerne ao atendimento desta NR, é de responsabilidade de "Profissional Habilitado", conforme citado no subitem 13.1.2, e deve obedecer aos aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas Normas Regulamentadoras, convenções e disposições legais aplicáveis.

13.9.1.2 A critério do "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2, podem ser utilizadas tecnologias de

cálculo ou procedimentos mais avançados, em substituição aos previstos pelos códigos de projeto.

13.9.3 O "Projeto de Alteração ou Reparo" deve:

- a) ser concebido ou aprovado por "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2;
- b) determinar materiais, procedimentos de execução, controle de qualidade e qualificação de pessoal;
- c) ser divulgado para funcionários do estabelecimento que possam estar envolvidos com o equipamento.

13.9.4 Todas as intervenções que exijam soldagem em partes que operem sob pressão devem ser seguidas de teste hidrostático, com características definidas pelo "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2, levando em conta o disposto no item 13.10.

13.9.4.1 Pequenas intervenções superficiais podem ter o teste hidrostático dispensado, a critério do "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2.

13.10.3.4 Quando for tecnicamente inviável e mediante anotação no "Registro de Segurança" pelo "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2, o teste hidrostático pode ser substituído por outra técnica de ensaio não-destrutivo ou inspeção que permita obter segurança equivalente.

13.10.3.7 Quando não houver outra alternativa, o teste pneumático pode ser executado, desde que supervisionado pelo "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2, e cercado de cuidados especiais por tratar-se de atividade de alto risco.

13.10.6 A inspeção de segurança deve ser realizada por "Profissional Habilitado", citado no subitem 13.1.2 ou por "Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos", conforme citado no Anexo II.

Advocacia Pavesi Figuerôa

O responsável técnico da Recorrente possui essa capacitação profissional. E as outras licitantes? Estarão conforme a Lei de Licitações e a NR13?

Como alguém que deve ser engenheiro MECÂNICO, com experiência na área de autoclaves, atestada por ARTs, poderá assinar sem o ser?

Ademais, nunca é bom nos esquecermos que a fiscalização do cumprimento da NR-13 pertence ao Ministério do Trabalho, ao passo que **quando exercida atividade relacionada à NR13, a fiscalização é do CREA.**

Caso o responsável técnico não esteja qualificado, incorrerá, evidentemente, no exercício ilegal de profissão mencionado no art. 6º da Lei n. 5.194/66, já mencionado anteriormente.

Dessa forma, deve o Edital n. 031/2019 ser refeito, acrescentando-se a obrigatoriedade de que a emissão de laudos seja feita por engenheiro mecânico da licitante vencedora.

Pelo deferimento das impugnações ora manejadas, é o que se pede.

De Maringá - PR para Alfenas - MG,
em 23 de setembro de 2019.

Sérgio Pavesi Figuerôa
OAB/PR 27.919
(ASSINADO DIGITALMENTE)